



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

REGINALDO SNÃROMTI XERENTE

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS
COMUNIDADES AKWÊ-XERENTE NA ADEQUAÇÃO DE SUA LÍNGUA-MÃE
COM A LÍNGUA PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

MIRACEMA DO TOCANTINS, TO

2023

Reginaldo Snãromti Xerente

**Educação escolar indígena: desafios enfrentados pelas comunidades Akwẽ-Xerente na
adequação de sua língua-mãe com a língua portuguesa na Educação Básica**

Monografia apresentada à Universidade Federal do
Tocantins (UFT), Campus Universitário de Miracema do
Tocantins para obtenção do título de licenciado em
pedagogia.

Orientador (a): Dr. Odilon Rodrigues de Moraes Neto

Miracema do Tocantins, TO

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- X6e Xerente, Reginaldo Snãromti.
 Educação escolar indígena:: desafios enfrentados pelas comunidades
 Akwẽ-Xerente na adequação de sua língua-mãe com a língua portuguesa na
 Educação Básica. / Reginaldo Snãromti Xerente. – Miracema, TO, 2025.
 34 f.
- Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
 Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2025.
- Orientador: Odilon Rodrigues de Moraes Neto
1. Educação Escolar Indígena. 2. Língua Matema. 3. Akwẽ-Xerente. 4.
 Língua Portuguesa. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

REGINALDO SNÃROMTI XERENTE

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS
COMUNIDADES AKWÊ- XERENTE NA ADEQUAÇÃO DE SUA LINGUA-MÃE COM
A LÍNGUA PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema do Tocantins, Curso de Pedagogia foi avaliado para a obtenção do título de licenciado em Pedagogia e aprovada (o) em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Odilon Rodrigues de Moraes Neto, Orientador, UFT

Prof. Dra. Luciane Silva de Souza, Examinadora, UFT

Prof. Msc. Valteir Tpêkru Xerente, Examinador, UFNT

Dedico a Deus que me deu forças para concluir este projeto de forma satisfatória. E a minha família que sempre esteve ao meu lado, nos momentos que precisei sempre me apoiaram com palavras de fé, para superar os desafios;

À memória de Carlos Xerente, meu amado pai, homem simples nas palavras e sábio nas atitudes.

AGRADECIMENTOS

Ao senhor, meu Deus: a brisa que destrói mundos, a tempestade que constrói vidas;

À minha mãe, Eurides Waiti Xerente, palavras de amor, abraço de paz, olhar de proteção;

À minha esposa, Valdete Brupahi Xerente, pela prova de amor, traduzida ao suportar minhas eternas ausências. Te amo!

Aos meus filhos, Sara Brunsi Xerente e Samuel Sirnãwe Xerente, pelos abraços e sorrisos, que sempre me incentivaram;

Ao meu orientador, Dr. Odilon que soube orientar-me, com sabedoria e simplicidade, apontou-me caminhos, cobrou-me passos firmes.

À professora Dra. Luciane, que também honra-me pelas enriquecedoras contribuições na fase de qualificação e por fazer parte desse momento tão especial em minha vida.

RESUMO

A Educação Escolar Indígena exerce um papel fundamental na preservação das culturas e línguas indígenas, ao mesmo tempo em que oferece oportunidades de aprendizado em língua portuguesa. Este trabalho tem como objetivo geral compreender como a modalidade da educação escolar indígena tem enfrentado os desafios linguísticos impostos no ensino formal na Educação Básica, levando em consideração a educação bilíngue, intercultural, diversa e específica. A língua materna desempenha um papel crucial na identidade e no fortalecimento cultural das comunidades indígenas. No entanto, a coexistência com a língua portuguesa é essencial para a inclusão social e a participação plena na sociedade brasileira. A metodologia utilizada na presente pesquisa adota a abordagem qualitativa perpassada pela pesquisa bibliográfica. O referencial teórico foi norteado por autores como Cohn (2005); Gomes (2019); Iphan (2020); Laraia (2001); Soares (2013); Saviani (2018); Troquez (2014); Sagica e Oliveira (2022); Melià (1979); documentos legais, entre outros. A Educação Básica desempenha um papel importante nesse processo, proporcionando um ambiente de aprendizado que visa à valorização e o respeito à cultura indígena, ao mesmo tempo em que desenvolve habilidades linguísticas em português. Os desafios encontrados pelas comunidades Akwê-Xerente na adaptação de sua língua materna ao português são multifacetados. Em primeiro lugar, há a necessidade de desenvolver materiais didáticos e currículos que considerem as especificidades linguísticas e culturais da comunidade. Isso envolve a criação de estratégias pedagógicas que promovem a interculturalidade e respeitam a cosmovisão indígena. Além disso, uma formação adequada de professores indígenas é fundamental para garantir a eficácia do ensino bilíngue, intercultural, específico e diverso. Profissionais qualificados podem atuar como mediadores entre as duas línguas, facilitando a compreensão e a aprendizagem dos alunos. A valorização da identidade indígena no ambiente escolar e a inclusão de conhecimentos tradicionais também desempenham um papel crucial na efetivação da Educação Escolar Indígena.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena. Educação Básica. Língua Akwê.

RESUMEN

La Educación Escolar Indígena juega un papel fundamental en la preservación de las culturas y lenguas indígenas, al mismo tiempo que ofrece oportunidades de aprendizaje en la lengua portuguesa. El objetivo general de este trabajo es comprender cómo la educación escolar indígena ha enfrentado los desafíos lingüísticos impuestos en la enseñanza formal en la Educación Básica, teniendo en cuenta la educación bilingüe, intercultural, diversa y específica. La lengua materna juega un papel crucial en la identidad y el fortalecimiento cultural de las comunidades indígenas. Sin embargo, la convivencia con la lengua portuguesa es fundamental para la inclusión social y la plena participación en la sociedad brasileña. La metodología utilizada en esta investigación adopta un enfoque cualitativo permeado por la investigación bibliográfica. El marco teórico estuvo guiado por autores como Cohn (2005); Gómez (2019); Ifán (2020); Laraia (2001); Soares (2013); Saviani (2018); Tróquez (2014); Sagica y Oliveira (2022); Meliá (1979); documentos legales, entre otros. La Educación Básica juega un papel importante en este proceso, proporcionando un entorno de aprendizaje que tiene como objetivo valorar y respetar la cultura indígena, al mismo tiempo que desarrolla habilidades lingüísticas en portugués. Los desafíos que enfrentan las comunidades Akwẽ-Xerente al adaptar su lengua materna al portugués son multifacéticos. En primer lugar, es necesario desarrollar materiales didácticos y planes de estudio que tengan en cuenta las especificidades lingüísticas y culturales de la comunidad. Esto implica crear estrategias pedagógicas que promuevan la interculturalidad y respeten las cosmovisiones indígenas. Además, la formación adecuada de los docentes indígenas es fundamental para garantizar la eficacia de una enseñanza bilingüe, intercultural, específica y diversa. Profesionales cualificados pueden actuar como mediadores entre ambas lenguas, facilitando la comprensión y el aprendizaje de los estudiantes. La apreciación de la identidad indígena en el entorno escolar y la inclusión de los conocimientos tradicionales también desempeñan un papel crucial en la implementación de la Educación Escolar Indígena.

Palabras clave: Educación Escolar Indígena. Educación Básica. Lengua akwẽ.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	EDUCAÇÃO BILINGUE, INTERCULTURAL, DIVERSA E ESPECÍFICA	10
3	EDUCAÇÃO BÁSICA E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA.....	14
4	A LÍNGUA AKWÊ-XERENTE E AS DIFICULDADES DOS ESTUDANTES INDÍGENAS.....	20
4.1	O ensino da língua Akwê Xerente: pontos e contrapontos	23
4.2	Aproximações entre o ensino da língua portuguesa e o ensino da língua akwê-xerente.....	26
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
	REFERÊNCIAS.....	33

1 INTRODUÇÃO

Quando comecei a interação com a língua portuguesa, no auge dos meus 15 anos foi complicado assimilar uma nova forma de falar os mesmos assuntos e assim me comunicar na escola e na cidade. Hoje em dia melhorou bastante o ensino em comparação ao da minha época. A distância era um dos fatores que dificultava a frequência à escola na cidade e não tinha escola na aldeia, e, como uma das preocupações dos meus pais e dos anciões da aldeia era com relação à manutenção da nossa língua mãe, o Akwẽ, as crianças demoravam a ter o contato com outra realidade, e com língua portuguesa.

Para poder aprender a língua portuguesa e outros estudos percorria cerca de 20 quilômetros todos os dias no decorrer da semana, da aldeia para a cidade e ao retornar para a aldeia, ainda ajudava meus pais com os serviços laborais. Hoje, recordo o processo e agradeço, pois, falo as duas línguas, escrevo e traduzo do português para a língua Akwẽ e falo com fluência. Hoje, levanto essa questão por perceber o processo que meus filhos enfrentam para aprender. Por conseguinte, a estrutura das escolas indígenas mudou e para mencionar na minha época nem tinha escola indígena. Aqui pretendo chamar a atenção não para a forma de ensinar, mas quando ensinar as crianças indígenas as duas línguas que farão parte de suas vidas.

Compreendemos com alguns estudos que a criança em seus primeiros anos apreende e pode aprender conteúdos simultaneamente. No caso da aprendizagem de línguas, pode haver a interação da língua akwẽ com a língua portuguesa. Ainda hoje, há a separação do ensino para as crianças indígenas, tanto que quando abre vaga para professor nas escolas da aldeia o requisito mais importante a ser destacado é a fluência na língua akwẽ.

Para a valorização da cultura, esse movimento de ensino pode ser rico, e pode minimizar o sofrimento das crianças indígenas, buscando metodologias que as ensine as duas línguas de forma a facilitar o convívio posterior na sociedade não indígena, pois querendo ou não, todos os indígenas terão em algum momento contato com o não indígena e o diálogo será inevitável.

Percebemos que a partir do surgimento da escola como uma necessidade social, alguns currículos em algumas áreas dos conhecimentos foram sendo pensados para serem trabalhados dentro desse universo escolar. Mas, para a região da cidade de Tocantínia e Miracema do Tocantins existe uma realidade fora das padronizações de leis educacionais, da vida e dos costumes indígenas.

Por meio de uma pesquisa de abordagem qualitativa, pesquisa descritiva, pesquisa bibliográfica, abordaremos aqui as problemáticas que envolvem os conflitos relacionados ao

uso da língua materna indígena, Akwê Xerente e a língua portuguesa, apresentando em específico os conflitos em torno do ensino-aprendizagem nas escolas da região no município de Tocantínia e Miracema do Tocantins.

A presente pesquisa justifica-se pela importância do levantamento de possíveis soluções para o enfrentamento da problemática apresentada, a saber as propostas pedagógicas que visam à melhoria e à adequação do processo de ensino-aprendizagem da educação escolar indígena. O esperado sobretudo com a construção desse trabalho, seja que o leitor se dê conta de que as discussões somadas a partir da experiência de quem viveu o processo e as teorias elencadas como embasamento teórico, possam mostrar o quanto ainda precisamos avançar nas discussões relacionadas ao Ensino de Línguas em Contexto Indígena (ELCIND). Assim, conscientizando a população de forma ampla da pertinência das discussões propostas e da relevância de rever continuamente as suas práticas de maneira a formar cidadãos preparados para os desafios da atualidade e a valorização cultural da região.

O objetivo geral da pesquisa é compreender como a modalidade da educação escolar indígena tem enfrentado os desafios linguísticos impostos no ensino formal, na educação básica, com base na perspectiva bilíngue, intercultural, diversa e específica. Definindo assim, como objetivos específicos: identificar as dificuldades encontradas pelos Xerente no ensino-aprendizagem bilíngue Akwê-Xerente; entender as aproximações entre o ensino da língua portuguesa e o ensino da língua Akwê-Xerente; descrever as características da língua Akwê-Xerente.

Os objetivos propostos surgiram a partir das seguintes inquietações: quais as dificuldades enfrentadas pelas crianças e jovens indígenas ao adentrar na escola que ensina a língua portuguesa e não tem quem a ensine em sua língua-mãe, o Akwê-Xerente, ou seja, na escola que não trabalha na perspectiva bilíngue, intercultural, diversa e específica? Ainda, mesmo na escola de educação básica das comunidades xerente, quais os desafios enfrentados na escolarização, na perspectiva bilíngue, intercultural, diversa e específica?

2 EDUCAÇÃO BILÍNGUE, INTERCULTURAL, DIVERSA E ESPECÍFICA

A educação bilíngue ocorre por meio da adequação do currículo escolar, tido com único. Assim, todo conteúdo que é ensinado em português, por exemplo, deverá ser ensinado em inglês ou na língua determinada pelo currículo da instituição de ensino.

Logo, umas escolas bilíngues têm um currículo único, integrado e ministrado em duas línguas de instrução. O foco do ensino dessas escolas é desenvolver competências e habilidades linguísticas e acadêmicas nas duas línguas. Ou seja, as escolas bilíngues trabalham toda a grade curricular comum nacional nas duas línguas e não deixam de ser uma instituição de ensino básico. Além disso, esse professor irá trabalhar na perspectiva intercultural, atendendo as duas culturas em questão, a indígena e a nacional. E, deve compreender que a educação escolar indígena é diversa e específica, isto é, tem mais de 200 povos e cada um tem as suas especificidades linguísticas, culturais, dentre outros aspectos.

Com a missão de saber se comunicar com todos os alunos na língua determinada, o corpo docente da escola deve ser capaz de se comunicar com os alunos nas duas línguas, tanto na sala de aula quanto em todos os espaços de convivência da instituição. Isso vai contribuir para que os alunos tenham vivência nos dois idiomas, aumentando a experiência comunicativa.

A diversidade gramatical identificada nas LIBs, bem como suas classificações genéticas, devem nos conscientizar acerca da impossibilidade de pensarmos as aulas destas línguas tomando-se como ponto de partida o que se aprendeu, ou o que se faz nas aulas de PB. É preciso adotar as próprias LIBs como ponto de partida e de chegada das aulas. (GOMES, 2019, p. 18).

Compreender o ensino das Línguas Indígenas Brasileiras (LIBs) nos remete a entender que cada etnia tem suas características próprias e hábitos linguísticos diversos. No caso da língua Akwê-Xerente, os professores que vão ministrar aulas nas escolas da aldeia precisam ter o mínimo de comunicação para dialogar com a comunidade e com os alunos. Por isso, uma das regras para as pessoas que vão ocupar o cargo de ser professor na aldeia, seja residir na mesma e conviver com a realidade daquela comunidade, dialogar em seu idioma matriz. Nesse sentido, os RCNEI's (1998, p. 118) afirma: “A inclusão de uma língua indígena no currículo escolar tem a função de atribuir-lhe o status de língua plena e de colocá-la, pelo menos no cenário escolar, em pé de igualdade com a língua portuguesa, um direito previsto pela Constituição Brasileira”. Portanto, o uso da língua indígena é essencial e garantida dentro das escolas indígenas.

O ensino da língua indígena nas escolas públicas tem amparo legal. Conforme o projeto de Lei 5954/2013, que só foi aprovado em 15 de novembro do ano de 2015:

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (17), em caráter conclusivo, o Projeto de Lei 5954/13, do Senado, que assegura a todos os estudantes indígenas – da educação básica, do ensino profissionalizante ou ensino superior – a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem e avaliação. A proposta, já aprovada pelos senadores, seguirá agora para sanção da presidente da República, exceto se houver recurso para que analisada antes pelo Plenário da Câmara..(BRASIL,,2023,p. 1).

Conforme a notícia citada, por meio desse projeto de Lei, ocorre a alteração na Lei de Diretrizes e Bases, Lei 9. 394/98 (LDB), que passa a assegurar às comunidade indígenas do Brasil o ensino e aprendizagem de suas línguas maternas nos segmentos da educação pública no ensino fundamental, iniciando a partir dos 6 anos de idade. Além disso, o projeto abrange a educação infantil (creche e pré-escola), o ensino fundamental, o ensino médio e estende-se ao ensino profissionalizante e ensino superior. Mas, na realidade, apesar dessas conquistas, o ensino indígena tem sido bilíngue sempre que possível.

Percebemos que o Ministério da Educação vem implementando uma política nacional de educação escolar indígena, atendendo preceitos legais estabelecidos na Constituição de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Plano Nacional de Educação. A preocupação está no fato de como vão implementar essas mudanças.

Querem formar professores indígenas conforme a etnia de origem para assim manter a cultura e os costumes daquela determinada etnia. Mas, isso seria o suficiente? Os indígenas estão tendo o devido espaço e meios para conseguir essa formação?

Levanta-se a hipótese da formação plural de professores indígenas e o fato de que não necessariamente os professores precisam pertencer a etnia ou mesmo ser indígena, ou seja, abrir mais a possibilidade do não indígena de aprender da cultura e a língua akwẽ e, assim, expandir a cultura do povo indígena, não os isolando entre si.

Conforme o MEC destaca:

A qualificação profissional dos docentes indígenas é condição fundamental para que de fato as comunidades indígenas possam assumir suas escolas, integrando-as à vida comunitária, de modo que possam responder suas demandas e projetos de futuro. Não há e nem pode haver um único modelo de escola indígena a ser desenvolvido em todo país. O Ministério da Educação tem procurado, junto aos sistemas de ensino, apoiar a consolidação de experiências particulares de organização escolar, discutidas e construídas a partir dos interesses e da participação de cada comunidade indígena, tal como preconiza a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) que foi ratificada pelo Brasil e entrou em vigor em julho de 2003. (SECAD/MEC, 17 de janeiro de 2010).

Observamos que cada etnia pode desenvolver um modelo de educação, pois as culturas são distintas em certos aspectos da língua mãe de cada etnia.

As situações sociolinguísticas vividas pelos povos indígenas são também extremamente diversas. Hoje são conhecidas 180 línguas indígenas, distribuídas em 41 famílias, dois troncos linguísticos e dez línguas isoladas. Alguns povos indígenas falam mais de uma língua, outros são monolíngues quer na língua indígena, quer no português, como é o caso de vários povos que habitam próximo ao litoral, para os quais hoje o português é sua única língua de expressão. Face a baixa densidade populacional de vários povos, e o fato de se constituírem em povos minoritários, dentro do Estado Nacional, muitas línguas indígenas hoje correm o risco desaparecer. A escola, que no passado foi um dos principais instrumentos de negação da diversidade linguística e de imposição do português, como língua nacional, pode ter um papel importante na manutenção e na valorização das línguas indígenas. (SECAD/MEC, 17 de janeiro de 2010).

Desse modo, compreendemos que a expansão do desenvolvimento econômico e urbano faz com que a população indígena procure se adequar aos costumes dos brancos e isso leva à apropriação de outras formas de se comunicar como a apropriação de uma nova língua.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a Educação Escolar Indígena é um direito assegurado aos povos indígenas, pautado no respeito à sua cultura e especificidades. Conforme Silva (2019, p. 45), “A educação escolar indígena deve ser bilíngue, intercultural e diferenciada, promovendo o protagonismo dos povos indígenas na definição de suas práticas pedagógicas”.

A abordagem intercultural da Educação Escolar Indígena reconhece a importância da diversidade cultural e busca promover a construção do conhecimento a partir do diálogo entre as culturas indígenas e a sociedade envolvente. Segundo Santos (2020, p. 72), “A educação intercultural valoriza a troca de saberes entre diferentes culturas, reconhecendo a riqueza presente nos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas”.

A interculturalidade, conforme proposta de Cohn (2005), é uma abordagem que busca promover a interação e a troca de conhecimentos entre diferentes culturas. Ela reconhece a diversidade cultural como uma realidade fundamental e valoriza o diálogo e a compreensão mútua como ferramentas para a construção de sociedades mais inclusivas e igualitárias.

A interculturalidade parte do entendimento de que nenhuma cultura é superior ou inferior a outra, mas sim diferentes em suas formas de pensar, agir e compreender o mundo. Assim,

[...] ,a interculturalidade deve ser levada a cabo tendo como base uma multiplicidade enorme de culturas e saberes. Cada projeto deverá ser desenvolvido localmente, respondendo a situações de contato com a sociedade nacional e de inserção no mercado, sociolinguísticas, de registro escrito da língua e especificidades socioculturais. Ademais, deverá levar em conta as expectativas e reivindicações de cada um desses povos, que podem querer inserir mais ou menos a escola em seu cotidiano, e enfatizar diferencialmente o aprendizado das “coisas dos brancos” ou de sua própria cultura no ambiente escolar. (CONH, 2005, p. 490).

No contexto educacional, a interculturalidade propõe a valorização das diferentes culturas presentes na sala de aula, promovendo uma troca de experiências e conhecimentos entre os alunos e incentivando uma reflexão crítica sobre as relações de poder e as desigualdades presentes na sociedade. Ela também desafia os modelos tradicionais de ensino, que muitas vezes são baseados em uma única perspectiva cultural dominante, e busca incorporar múltiplas vozes e saberes no processo de aprendizagem.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, estabelece que a Educação Escolar Indígena deve respeitar os valores, as tradições e as formas próprias de organização social dos povos indígenas. Conforme menciona Souza (2018, p. 93), “A LDB garante aos povos indígenas o acesso a uma educação de qualidade, respeitando sua identidade étnica e cultural”.

Além disso, é fundamental considerar a importância da valorização da língua materna dos povos indígenas na Educação Escolar Indígena. De acordo com Gomes (2021, p. 29), “A língua materna é um elemento central na construção da identidade dos povos indígenas, e seu ensino nas escolas indígenas fortaleceu a preservação e o reconhecimento de suas culturas”.

No entanto, apesar dos avanços normativos e da existência de políticas públicas voltadas para a Educação Escolar Indígena, ainda persistem desafios a serem enfrentados. Dentre eles, destacam-se a falta de estrutura adequada nas escolas indígenas, a escassez de materiais pedagógicos que valorizam as culturas indígenas e a falta de formação adequada para os professores que atuam nesse contexto.

Diante desse cenário, é necessário promover um diálogo entre os diferentes atores envolvidos na Educação Escolar Indígena, visando à construção de políticas educacionais mais efetivas e inclusivas.

3 EDUCAÇÃO BÁSICA E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

A Educação Básica desempenha um papel fundamental no desenvolvimento intelectual, social e cultural das crianças e jovens. Quando observamos o contexto brasileiro, temos a Educação Escolar Indígena como tema emergente e relevante, pois busca garantir a valorização e o respeito à diversidade cultural dos povos indígenas presentes no país. Nesse sentido, é importante compreender os desafios e as perspectivas relacionadas à Educação Escolar Indígena, bem como os aspectos normativos que a orientam.

Para a execução do ensino bilíngue, a FUNAI recorreu ao Summer Institute of Linguistics (SIL) - em português, é traduzido por Instituto Linguístico de Verão. Denominado mais contemporaneamente no Brasil como Sociedade Internacional de Linguística. O SIL era uma Instituição missionária protestante ligada à missão internacional Wycliffe Bible Translators e atuava em mais de 50 países junto a grupos indígenas em projetos de evangelização, alfabetização e tradução da Bíblia. O SIL propôs, à época, uma educação pautada por um enfoque bilíngue-bicultural, para o qual a educação escolar deveria estar centrada na língua materna dos grupos indígenas e no respeito às suas diferenças étnicas. (TROQUEZ, 2014, p. 51).

Observamos que a superação da influência da cultura eurocêntrica dominante não foi fácil e ainda atualmente percebemos que há resistência em aprimorar o contexto educacional para incluir o ensino da língua indígena, no caso da região do Estado do Tocantins, a Língua Akwẽ-Xerente nas proximidades do Município de Miracema.

No tocante à educação escolar indígena, o tema se faz relevante e complexo que envolve as práticas educacionais voltadas para as comunidades indígenas. Reconhecendo a diversidade cultural e os direitos desses povos, a educação escolar indígena busca promover uma educação diferenciada e intercultural, respeitando a língua, a cultura, as tradições e os saberes próprios de suas comunidades. Assim,

As comunidades indígenas exigem, e têm direito a isso, que sejam índios os professores de suas escolas. Na prática, já existem muitas escolas com índios como professores, mas em geral, eles se limitam a atividades de alfabetização e pós-alfabetização e aos rudimentos da aritmética. São raras as situações de escolas em aldeias indígenas oficialmente reconhecidas, com primeiro grau completo, cujos professores sejam índios. Para isso, é imprescindível e urgente, dado que a escola indígena deve ser intercultural, bilíngüe, específica e diferenciada, que se criem condições necessárias para a formação especializada de índios como professores. Falta igualmente a capacitação especializada aos formadores dos professores índios. (MEC/ SEF/DPEF, 1994, p. 21).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 reconhece e garante o direito à educação específica e diferenciada para os povos indígenas. Nesse contexto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) estabelece que a educação escolar indígena deve obedecer a organização social, os costumes, as línguas, as crenças e as tradições dessas comunidades.

A educação escolar indígena pode ocorrer em escolas localizadas nas próprias comunidades indígenas, em escolas próximas a essas comunidades ou em escolas específicas que atendem exclusivamente aos Indígenas, caso do Centro de Ensino Médio Indígena Xerente (CEMIX), em Tocantínia, no Estado do Tocantins.

A Educação Escolar Indígena no Brasil, no entanto, enfrenta diversos desafios que dificultam a efetivação de avanços para as etapas da educação básica, e para o ensino superior. Quando se trata da qualidade e respeito às especificidades culturais das comunidades indígenas, alguns dos principais desafios incluem:

1. Infraestrutura precária: muitas escolas indígenas enfrentam carência de estrutura física adequada, falta de acesso aos recursos básicos, como energia elétrica, água potável e saneamento, além de problemas relacionados ao transporte escolar. Citando também o caso de muitas comunidades indígenas que não contam com a estrutura de uma escola em sua localidade;
2. Formação e valorização dos professores indígenas: a formação de professores indígenas ainda é insuficiente, e muitas vezes esses profissionais enfrentam dificuldades para acessar cursos de formação específicos. Além disso, é fundamental promover a valorização desses profissionais, reconhecendo sua importância e incentivando sua permanência nas comunidades indígenas;
3. Currículos inadequados: muitas vezes, os currículos escolares não consideram as realidades, línguas e conhecimentos tradicionais das comunidades indígenas, o que pode levar à perda da identidade cultural e desinteresse dos estudantes. Pode ser necessário adaptar os currículos de forma participativa, levando em conta os saberes e práticas das comunidades;
4. Diversidade Linguística: O Brasil possui uma grande diversidade linguística entre os povos indígenas, e muitas línguas indígenas nas escolas são fundamentais para preservar a cultura e a identidade desses povos;
5. Preconceito e discriminação: a discriminação contra os povos indígenas ainda persiste, inclusive no ambiente escolar. Isso pode gerar um clima de exclusão, dificultando a participação e o aprendizado dos estudantes indígenas;
6. Acesso à educação: muitas comunidades indígenas estão localizadas em áreas remotas, de difícil acesso, o que pode dificultar a oferta de uma educação de qualidade. Além disso, a falta de recursos financeiros e a falta de vagas nas escolas podem ser obstáculos para o acesso à educação formal;

7. Diálogo intercultural: promover o diálogo e a parceria entre as comunidades indígenas, as instituições de ensino e os órgãos governamentais é fundamental para superar os desafios e construir uma educação escolar indígena de qualidade. O respeito às demandas e à autonomia da comunidade é essencial nesse processo.

A educação escolar indígena pode ocorrer tanto em escolas localizadas nas próprias comunidades indígenas quanto em escolas fora dessas comunidades. No entanto, é importante que o ensino seja realizado de forma sensível e respeitosa em relação à cultura e aos valores indígenas.

Quanto ao ensino por professores não-indígenas, é necessário ter uma abordagem cuidadosa. É fundamental que esses professores possuam um conhecimento profundo sobre a cultura, a história e os costumes dos povos indígenas com os quais irão trabalhar. Além disso, é necessário que eles estejam abertos a aprender e observar as particularidades culturais dos alunos.

A presença de professores não-indígenas pode trazer benefícios, como a introdução do acesso à educação formal e a promoção da troca de conhecimentos entre diferentes culturas. No entanto, é preciso evitar práticas que desvalorizem a cultura indígena ou que imponham visões eurocêntricas sobre os alunos. Os professores não-indígenas devem ser capacitados e apoiados para desenvolver um currículo inclusivo, que valorize e respeite a diversidade cultural e promova a autodeterminação dos povos indígenas.

Conforme o documento legal, Referencial Curricular Nacional para as escolas indígenas/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental, tem-se o destaque:

O Brasil não é exceção a esse contexto. Ao contrário, o país é signatário de vários instrumentos internacionais que visam a garantir direitos fundamentais de todos os seres humanos e que coíbem discriminação e preconceito contra grupos específicos. Além disso, tem participado de fóruns de discussão que elaboram novos instrumentos de defesa e de reconhecimento de direitos específicos aos povos indígenas. Em sua atual Constituição, o Brasil reconhece o direito de os povos indígenas se manterem enquanto tais e se perpetuarem indefinidamente. E significativo, também, o avanço do reconhecimento da existência de direitos coletivos nos últimos anos, o que tem implicações imediatas sobre a situação jurídica dos povos indígenas. Tradicionalmente, considerava-se que direitos humanos e liberdades fundamentais eram direitos individuais, próprios a cada ser humano, mas não das coletividades. Atualmente, cresce o consenso de que alguns direitos humanos são direitos essencialmente coletivos, como o direito à paz e a um ambiente saudável. São direitos coletivos dos povos indígenas, entre outros, o direito ao seu território e aos recursos naturais que ele abriga, o direito a decidir sobre sua história, sua identidade, suas instituições políticas e sociais, e o direito ao desenvolvimento de suas concepções filosóficas e religiosas de forma autônoma. A elaboração de normas jurídicas internacionais para os povos indígenas vem obrigando países e organismos internacionais a repensar muitas das concepções tradicionais sobre os direitos

humanos. Lideranças e organizações indígenas de todo o mundo têm se mobilizado para garantir aqueles direitos, denunciando e repudiando situações de discriminação, legais e de fato. (RCNEI INDÍGENA, 1998, p. 30).

O Decreto Presidencial nº 26, de 1991, representa um marco importante na história da educação escolar indígena no Brasil. Ao atribuir ao Ministério da Educação (MEC) a competência para integrar essa modalidade de ensino aos sistemas regulares de ensino, o decreto reconhece a importância de garantir o acesso à educação de qualidade para os povos indígenas, respeitando suas particularidades culturais, linguísticas e territoriais.

A integração da educação escolar indígena aos sistemas de ensino regular é um passo significativo na direção à promoção da equidade educacional e à valorização da diversidade cultural do país. Antes desse decreto, as escolas indígenas muitas vezes operavam de forma educativa, com currículos e práticas pedagógicas que não levavam em consideração a realidade sociocultural das comunidades indígenas.

Com competência atribuída ao MEC, houve a possibilidade de promover a articulação entre as escolas indígenas e as demais instituições de ensino, visando a troca de experiências, o fortalecimento dos laços comunitários e o desenvolvimento de uma educação que respeite e valorize a identidade indígena. Isso significa que os estudantes indígenas passaram a ter acesso a uma educação bilíngue e intercultural, que contempla tanto os conhecimentos tradicionais das comunidades indígenas quanto os conteúdos curriculares comuns a todos os estudantes. Além disso, o decreto estabeleceu a criação de um órgão específico no âmbito do MEC para tratar das questões relacionadas à educação escolar indígena, o que contribuiu para a implementação de políticas e ações voltadas para essa área. Esse órgão, conhecido como Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), tem como objetivo principal promover a igualdade de oportunidades educacionais, garantindo o respeito à diversidade étnico-cultural dos povos indígenas. A integração da educação escolar indígena aos sistemas de ensino regular também se baseia no princípio da autonomia dos povos indígenas sobre seus processos educativos.

O Decreto reconhece que as comunidades indígenas têm o direito de definir seus projetos pedagógicos, respeitando suas línguas, tradições e saberes ancestrais. Dessa forma, a educação indígena deixa de ser vista como um processo imposto de fora, mas sim como uma construção coletiva que valoriza a participação ativa das comunidades. No entanto, apesar dos avanços proporcionados pelo Decreto Presidencial nº 26, de 1991, ainda há desafios a serem enfrentados. A falta de infraestrutura adequada nas escolas indígenas, a formação de professores para atuar modalidade de ensino e a necessidade de maior participação das comunidades

indígenas na elaboração das políticas educacionais são alguns dos aspectos que demandam atenção contínua.

Observamos que, o Decreto Presidencial nº 26, de 1991, que atribui ao MEC a competência para integrar a educação escolar indígena aos sistemas de ensino regular, representa um importante avanço no reconhecimento dos direitos dos povos indígenas à educação de qualidade e à preservação de suas identidades culturais. Essa medida contribui para a promoção da equidade educacional, valorizando a diversidade e garantindo o respeito aos direitos humanos e aos princípios da autonomia e participação indígena. No entanto, é fundamental que o Estado e a sociedade continuem trabalhando juntos para superar os desafios e garantir uma educação indígena efetivamente inclusiva e de qualidade para todas as comunidades.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) é uma legislação fundamental no contexto educacional brasileiro, que estabelece os princípios e as diretrizes para a educação em todo o país. No que diz respeito à educação escolar indígena, a LDB descreve as responsabilidades e as especificidades dessa modalidade de ensino de forma suficientemente explícita, o que pode ajudar a enfrentar as dificuldades enfrentadas pelos alunos indígenas.

A LDB, em seu artigo 78, reconhece a necessidade de oferta de educação escolar indígena em todos os níveis e modalidades de ensino, garantindo a valorização das diferentes tradições culturais dos povos indígenas. Além disso, a lei estabelece que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios têm responsabilidades compartilhadas na implementação e no desenvolvimento dessa modalidade de ensino. Um dos pontos relevantes da LDB é a garantia de uma educação intercultural e bilíngue para os estudantes indígenas.

O artigo 28 da lei destaca a importância de respeitar a língua materna como elemento essencial para a preservação da identidade e a garantia de uma educação de qualidade. Dessa forma, a LDB reconhece a necessidade de um currículo que contemple os conhecimentos tradicionais e culturais dos povos indígenas, além dos conteúdos curriculares comuns a todos os alunos. A LDB também ressalta a importância da participação das comunidades indígenas na definição dos projetos político-pedagógicos das escolas indígenas.

O artigo 26-A estabelece que a oferta de educação escolar indígena deve participar da diversidade étnico-cultural e assegurar a participação das comunidades e dos indígenas em todas as etapas do processo educativo. Essa participação ativa contribui para a valorização das tradições e saberes locais, fortalecendo a identidade cultural dos alunos indígenas. Ao estabelecer essas diretrizes e responsabilidades, a LDB oferece um arcabouço legal que pode ajudar a enfrentar as dificuldades enfrentadas pelos alunos indígenas.

A valorização da língua materna e da cultura indígena na educação escolar contribui para a formação de uma identidade positiva e fortalece o senso de pertencimento dos estudantes. Isso pode ajudar a superar desafios como o preconceito e a percepção, promovendo uma educação mais inclusiva e respeitosa. Além disso, a participação das comunidades indígenas na definição dos projetos político-pedagógicos garante que a educação escolar indígena seja pensada de acordo com as necessidades e especificidades de cada grupo. Isso permite o desenvolvimento de práticas pedagógicas contextualizadas, que consideram os conhecimentos tradicionais e respeitam os ritmos e as formas de aprendizagem dos alunos indígenas.

No entanto, é importante ressaltar que, apesar dos avanços apresentados na LDB, ainda existem desafios a serem enfrentados na efetivação da educação escolar indígena. A falta de infraestrutura adequada, a formação de professores e a oferta de materiais didáticos contextualizados são algumas das dificuldades que ainda precisam ser superadas.

Em conclusão, a LDB traz as responsabilidades e as especificidades da educação escolar indígena de forma suficientemente explícita, o que pode ajudar a enfrentar as dificuldades dos alunos indígenas. Ao proteger a diversidade cultural, as línguas maternas e a participação das comunidades indígenas, a legislação contribui para uma educação mais inclusiva, que respeita e valoriza as identidades e saberes dos povos indígenas. No entanto, é necessário continuar investindo em políticas públicas e recursos para garantir a efetiva implementação das diretrizes e superar os desafios existentes.

É importante lembrar que a educação escolar indígena deve ser pautada no respeito aos direitos dos povos indígenas, conforme estabelecido em instrumentos legais internacionais, como a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Isso implica garantir a participação ativa das comunidades indígenas na definição dos conteúdos curriculares, na escolha dos métodos de ensino e na formação dos professores, buscando sempre fortalecer a identidade cultural e linguística dos estudantes indígenas.

Logo, para enfrentar esses desafios, pode ser necessário um comprometimento contínuo e com mais afinco do Estado, das instituições educacionais e da sociedade em geral, garantindo a implementação de políticas públicas adequadas, o fortalecimento da formação de professores indígenas, a valorização da diversidade cultural e a participação efetiva das comunidades indígenas na definição e implementação das políticas educacionais.

4 A LÍNGUA AKWÊ-XERENTE E AS DIFICULDADES DOS ESTUDANTES INDÍGENAS

A língua Akwê-Xerente, também conhecida como Xerente ou Akwê, é falada pelo povo Xerente, uma etnia indígena que vive na região do estado do Tocantins, no Brasil. Pertence à família linguística Jê, que engloba outras línguas indígenas faladas no Brasil Central.

O povo Xerente vive na região (Território demarcado Grande Área/Xerente e Funil) do município de Tocantínia, cerca de 70 km ao norte da Capital, Palmas. A língua Akwê-Xerente é um importante elemento da identidade e da cultura desse povo e é transmitida de geração em geração como parte integrante de sua herança cultural.

A língua Akwê -Xerente possui um sistema fonético complexo, com vogais orais, nasais e também com consoantes glotalizadas¹, dentre outras particularidades na produção dos sons. A fonologia da língua Akwê-Xerente é caracterizada por uma variedade de consoantes, incluindo oclusivas², fricativas³ e líquidas⁴. Logo, a fonologia de uma língua abrange o sistema de sons, enquanto as vogais orais, nasais e glotalizadas referem-se a diferentes modos de produção vocal, e as oclusivas, fricativas e líquidas são categorias de consoantes com base na obstrução do fluxo de ar durante a fala, conforme Cotrim (2017).

No entanto, assim como muitas línguas indígenas no Brasil, o Akwê-Xerente enfrenta o desafio da ameaça de extinção. Devido à influência da cultura dominante e à falta de incentivo ao seu uso, há uma diminuição no número de falantes fluentes, principalmente, entre as gerações mais jovens.

Para enfrentar esse cenário, esforços têm sido feitos para valorizar e preservar a língua Akwê-Xerente. Estes esforços incluem ações de revitalização linguística, como a criação de materiais didáticos e paradidáticos (exemplo: livros literários), o ensino da língua nas escolas

¹ Observa-se mais de uma forma fonética nas consoantes glotalizadas, que incluem, sobretudo, fonação rangeada e voz áspera (ESLING e HARRIS, 2003).

² Durante a articulação de oclusivas, o fluxo de ar é temporariamente obstruído e, em seguida, liberado. Exemplos incluem "p", "b", "t" e "d". [...] as consoantes oclusivas surdas e sonoras, como se pode verificar em /kupa/ 'mandioca' e /kuba/ 'barco' assim como entre consoantes oclusivas surdas e consoantes nasais, pois todas podem ocorrer, em sílabas CV com vogal nasal, como /t/ em [t□□] 'chuva' e /n/ em [nôk□nô] 'peito (de alguém)', RODRIGUES, 2009, p. 32).

³ Em consoantes fricativas, há uma constrição parcial do fluxo de ar, criando um som contínuo e suave. Exemplos incluem "f", "v", "s" e "z". As oclusivas e fricativas apresentam oposição entre segmentos vozeados e desvozeados em posição pré-vocálica. Em relação às consoantes fricativas da língua, a glotal /h/ sofre apagamento em diversos contextos fonológicos. (COTRIM, 2017, p. 62).

⁴ As líquidas são consoantes em que há uma obstrução parcial do fluxo de ar, mas menos intensa do que em oclusivas ou fricativas. Exemplos incluem "l" e "r". (SILVA, 2014, p. 18). No akwê não há, no sistema fonético, o som das laterais, que na escrita (no alfabeto) da língua portuguesa seria 'l', 'lh'

indígenas e o estímulo ao seu uso nas comunidades. O reconhecimento e a valorização da língua e da cultura Xerente são fundamentais para a preservação da identidade desse povo indígena.

Neste sentido, têm-se:

O Decreto Presidencial nº 26, de 1991, atribui ao MEC a competência para integrar a educação escolar indígena aos sistemas de ensino regular, coordenando as ações referentes àquelas escolas em todos os níveis e modalidades de ensino. O mesmo Decreto atribui a execução dessas ações às secretarias estaduais e municipais de educação, em consonância com as diretrizes traçadas pelo MEC. Em decorrência do Decreto 26, a educação escolar indígena poderá se beneficiar de todos os programas de apoio mantidos pelo MEC e pelas secretarias estaduais e municipais de educação. A Portaria Interministerial nº 559/91 define as ações e as formas de como o MEC irá assumir as novas funções e prevê a criação do Comitê de Educação Escolar Indígena, para prestar-lhe apoio técnico e oferecer-lhe subsídios referentes à questão. O reconhecimento dos direitos educacionais específicos dos povos indígenas foi reafirmado no Decreto nº 1.904/96, que institui o Programa Nacional de Direitos Humanos. Ali se estabelece como meta a ser atingida em curto prazo a formulação e implementação de uma "política de proteção e promoção dos direitos das populações indígenas, em substituição a políticas assimilacionistas e assistencialistas", assegurando "às sociedades indígenas uma educação escolar diferenciada, respeitando seu universo sociocultural". (RCNEI INDIGENA, 1998, p. 32).

As escolas indígenas Akwê-Xerente buscam oferecer uma educação diferenciada e intercultural, levando em consideração a língua, a cultura, as tradições e os saberes próprios do povo Xerente. Além dos conteúdos curriculares básicos, como matemática, ciências e língua portuguesa, também são abordados temas relacionados à história, cultura e tradições indígenas.

Essas escolas têm como objetivo fortalecer a identidade cultural do povo Xerente, proporcionando um ambiente educacional inclusivo e respeitoso. Nesse sentido, é fundamental que a educação seja bilingue, valorizando o ensino da língua Akwê-Xerente, além do português, língua oficial do Brasil. Dessa forma, a escola se torna um espaço de preservação linguística e cultural.

Ressaltamos que as escolas de educação básica no território Akwê-Xerente podem variar em termos de infraestrutura e recursos disponíveis, enfrentando desafios relacionados à falta de infraestrutura adequada, falta de professores qualificados e carência materiais didáticos específicos para a língua e cultura Xerente. Superar esses desafios requer investimento e apoio constante por parte das autoridades governamentais e da sociedade em geral, reconhecendo a importância da educação escolar indígena e garantindo condições adequadas para o seu desenvolvimento.

Destacamos as diversas dificuldades enfrentadas pelos alunos indígenas Xerentes no contexto da educação básica. Algumas das principais dificuldades incluem:

1. Barreira linguística: a língua portuguesa, que é a língua utilizada na educação formal, pode ser uma barreira para os alunos indígenas Xerentes, que têm o

Akwê-Xerente como língua materna. A transição para o português pode ser desafiadora, afetando a compreensão dos conteúdos e a participação em sala de aula;

2. Falta de materiais didáticos adequados: a escassez de materiais didáticos específicos para a língua e cultura Xerente pode dificultar o processo de ensino-aprendizagem. A falta de recursos educacionais que reflitam a realidade e os conhecimentos tradicionais dos Xerentes pode afetar o engajamento dos alunos;
3. Desvalorização da cultura e conhecimentos indígenas: A falta de valorização da cultura e dos conhecimentos indígenas no currículo escolar pode levar os alunos Xerente a sentirem-se deslocados e menos motivados na escola. A ausência de conteúdos que abordem a história, a cultura e as tradições indígenas pode contribuir para a perda da identidade cultural;
4. Discriminação e preconceito: alunos indígenas Xerente podem enfrentar situações de discriminação e preconceito dentro e fora do ambiente escolar. Isso pode afetar sua autoestima, motivação e integração social, criando um ambiente desfavorável para a aprendizagem;
5. Acesso limitado à infraestrutura e recursos: Alguns territórios indígenas, incluindo o território ocupado pelos Xerente, podem ter acesso limitado à infraestrutura e recursos adequados. Escolas com falta de estrutura física, falta de materiais educacionais, transporte escolar precário e falta de acesso a serviços básicos podem comprometer a qualidade da educação oferecida.

Para enfrentar essas dificuldades, é necessário um conjunto de ações, incluindo: fortalecer o ensino da língua Xerente nas escolas; desenvolver e disponibilizar materiais didáticos que reflitam a cultura e os conhecimentos dos Xerente; promover a formação de professores indígenas capacitados; implementar políticas de combate à discriminação e ao preconceito; e investir na melhoria da infraestrutura e dos recursos educacionais nas escolas indígenas. Além disso, é importante envolver as comunidades indígenas Xerente no processo educacional, garantindo sua participação ativa na definição e implementação das políticas educacionais, bem como no desenvolvimento de materiais e currículos que atendam às suas necessidades e realidades específicas.

4.1 O ensino da língua Akwẽ Xerente: pontos e contrapontos

O ensino da língua Akwẽ-Xerente, assim como o ensino de línguas indígenas em geral, pode envolver pontos e contrapontos que refletem diferentes perspectivas e desafios. Pontos a favor do ensino da língua Akwẽ-Xerente:

1. Preservação cultural: o ensino da língua Akwẽ-Xerente é fundamental para a preservação da cultura e identidade do povo Xerente. A língua é um elemento central da sua herança cultural, transmitindo conhecimentos tradicionais, histórias e valores;
2. Fortalecimento da comunidade: o ensino da língua fortalece os laços dentro da comunidade Xerente. Ele promove a comunicação intergeracional e a coesão social, permitindo que os mais jovens se conectem com os mais velhos e aprendam com eles;
3. Autoestima e empoderamento: o ensino da língua Akwẽ-Xerente pode aumentar a autoestima dos falantes e fortalecer seu senso de identidade cultural. Isso é especialmente importante em contextos onde a língua e a cultura indígena foram historicamente marginalizadas;
4. Valorização da diversidade linguística: promover o ensino de línguas indígenas, como o Akwẽ-Xerente, contribui para a valorização da diversidade linguística e para a proteção dos direitos linguísticos dos povos indígenas.

Contrapontos em relação ao ensino da língua Akwẽ-Xerente:

1. Disponibilidade de recursos: pode haver desafios em relação à disponibilidade de recursos para o ensino da língua Akwẽ-Xerente, como materiais didáticos adequados, professores qualificados e infraestrutura adequada nas escolas;
2. Viabilidade prática: em algumas comunidades Xerente, a língua Akwẽ pode estar em declínio e ter um número limitado de falantes. Isso pode tornar difícil estabelecer programas de ensino que sejam viáveis e sustentáveis a longo prazo;
3. Prioridades educacionais: em contextos em que há múltiplas línguas indígenas e línguas de herança sendo faladas, pode haver debates sobre quais línguas devem receber recursos e prioridade no ensino, especialmente em um sistema educacional com restrições de tempo e currículo;
4. Bilinguismo e proficiência em línguas dominantes: alguns argumentam que é mais prático e vantajoso para os falantes indígenas aprenderem línguas dominantes, como o português no contexto brasileiro, para melhorar suas oportunidades de educação e emprego.

Esses pontos e contrapontos ilustram a complexidade e os desafios envolvidos no ensino da língua Akwẽ-Xerente e de outras línguas indígenas. A abordagem ideal deve levar em

consideração as necessidades e aspirações da comunidade Xerente, ao mesmo tempo em que busca promover a preservação cultural e o empoderamento linguístico.

Há algumas especificidades da língua Akwẽ-Xerente em relação à língua portuguesa. Pode-se destacar algumas:

1. Fonética e Fonologia: A língua Akwẽ-Xerente possui um sistema fonético diferente do português, com sons que podem não existir no idioma português e outros que podem não existir no Akwẽ. Por exemplo, há sons vocálicos nasalizados e cliques presentes na língua Akwẽ-Xerente que não são encontrados no português;
2. Estrutura Gramatical: a língua Akwẽ-Xerente tem uma estrutura gramatical que difere do português. O Akwẽ é uma língua classificada segundo especialistas, como parte da família linguística Macro-Jê, enquanto o português é uma língua indo-europeia. Isso significa que a ordem das palavras, a formação de frases e a marcação de tempo, aspecto, modo e número podem ser diferentes, conforme Gonçalves (2010);
3. Substantivos e Classes Nominais: a língua Akwẽ-Xerente possui um sistema de classes nominais, no qual os substantivos são classificados em categorias específicas. Essas classes podem influenciar a forma como os adjetivos, pronomes e verbos concordam com os substantivos;
4. Verbos e flexão Verbal: os verbos na língua Akwẽ-Xerente podem apresentar flexões complexas, indicando informações como pessoa, número, tempo, aspecto e modo. A conjugação verbal na língua Akwẽ-Xerente pode ser diferente da conjugação verbal no português;
5. Vocabulário e Expressões do idioma: a língua Akwẽ-Xerente possui um vocabulário próprio e expressões idiomáticas que podem não ter um equivalente no português. A tradução literal de certas expressões do Akwẽ-Xerente para o português pode não transmitir o mesmo significado ou contexto cultural.

Ressaltamos que essas são algumas diferenças gerais entre o Akwẽ-Xerente e o português. A língua Akwẽ-Xerente é um sistema linguístico complexo e rico, com suas próprias particularidades que vão além dessas especificidades mencionadas.

Compreendemos que para melhorar o ensino da língua Akwẽ-Xerente na educação básica pode ser necessário adotar abordagens e estratégias específicas que levem em consideração as características e necessidades dos alunos. Neste sentido, é fundamental fornecer aos professores uma formação adequada para o ensino da língua Akwẽ-Xerente. Eles devem receber formação linguística e cultural para compreenderem a estrutura e nuances da língua, bem como conhecerem a história e a cultura do povo Xerente.

O ensino da língua Akwê-Xerente, com professores não-indígenas e professores indígenas trabalhando juntos na educação infantil, traz uma série de pontos positivos para o desenvolvimento das crianças. Essa colaboração entre diferentes grupos étnicos e culturais promove a diversidade e o respeito mútuo, criando um ambiente educacional enriquecedor. Aqui estão alguns pontos que podem ser positivos específicos para o ensino da língua Akwê:

- **Preservação da língua e cultura indígena:** Ao ensinar a língua Akwê-Xerente, os professores indígenas desempenham um papel fundamental na preservação e transmissão do patrimônio linguístico e cultural do povo Xerente. As crianças têm a oportunidade de aprender sobre a história, tradições e valores dessa comunidade indígena, valorizando sua identidade cultural.
- **Valorização da diversidade:** A presença de professores brancos e indígenas trabalhando juntos mostra às crianças a importância de proteger e defender a diversidade étnica e cultural. Isso ajuda a combater estereótipos, preconceitos e promover a construção de uma sociedade mais inclusiva.
- **Aprendizado intercultural:** A colaboração entre os professores permite a troca de conhecimentos e experiências entre culturas diferentes. As crianças têm a oportunidade de aprender não apenas a língua Akwê-Xerente, mas também sobre outras culturas e perspectivas, ampliando seu entendimento do mundo e fortalecendo suas habilidades interculturais.
- **Desenvolvimento da empatia e compreensão:** A interação com professores indígenas permite que as crianças desenvolvam empatia e compreensão em relação às realidades, histórias e desafios enfrentados pelas comunidades indígenas. Isso ajuda a promover uma maior consciência social e a construção de relações mais igualitárias.
- **Inclusão linguística:** Ao aprender a língua Akwê-Xerente desde a infância, as crianças têm a oportunidade de se tornarem bilíngues, o que traz benefícios cognitivos, acadêmicos e sociais. Além disso, a inclusão da língua indígena no currículo escolar reconhece e valoriza as diversas formas de expressão linguística presentes em nossa sociedade.
- **Fortalecimento da identidade cultural:** Para as crianças indígenas, ter professores de sua própria comunidade étnica contribuem para o fortalecimento de sua identidade cultural. Esses professores podem servir como modelos e mentores, compartilhando histórias, conhecimentos tradicionais e incentivando um senso de orgulho e pertencimento.

É importante ressaltar que a colaboração entre professores brancos e indígenas deve ser pautada pelo respeito mútuo, pela valorização da autonomia e dos saberes dos indígenas, evitando práticas assimilacionistas e buscando uma parceria verdadeiramente colaborativa. O

ensino da língua Akwê-Xerente deve ser cuidado com sensibilidade cultural e em compliance com as diretrizes e demandas da própria comunidade Xerente.

4.2 Aproximações entre o ensino da língua portuguesa e o ensino da língua akwê-xerente

O ensino de línguas é fundamental para a comunicação e expressão dos indivíduos dentro de uma sociedade. No contexto brasileiro, a língua portuguesa é amplamente ensinada e utilizada como idioma oficial. No entanto, é importante reconhecer e defender a diversidade linguística presente no país, incluindo as línguas indígenas. Nesse sentido, é relevante promover aproximações entre o ensino da língua portuguesa e o ensino das línguas indígenas, como a língua Akwê-Xerente, visando o respeito e a preservação da pluralidade cultural e linguística do Brasil. Nesse sentido, temos:

A pretensão de dar uma educação para o indígena se centra logo desde o início sobre a alfabetização. A educação para o indígena se abre com esse quase rito de ensinar a ler e escrever ao indígena. É a condição sine qua non para poder dar uma educação ao índio. Aliás, o fato de uma cultura não ter escrita, às vezes é considerado como sinônimo de não ter educação, nem poder ter progresso. A vontade e o interesse por alfabetizar o índio, tarefa que não está livre ou isenta de penosas dificuldades, é, tão forte e tão apressada em muitos casos, que a gente se pergunta o porquê de tal exigência. (MELIÀ, 1979, p. 58).

Observamos que as aproximações entre o ensino da língua portuguesa e o ensino da língua Akwê-Xerente podem ser abordadas considerando diferentes aspectos, tais como fonologia, gramática, gramática e cultura. Logo,

Sobre essa caricatura que foi imposta às línguas indígenas pelo colonizador, percebe-se que, por essa razão, muitas pessoas indígenas passaram a ter vergonha de utilizar suas línguas maternas, principalmente fora de seus ambientes sociais, o que fez com que aos poucos muitas línguas indígenas deixassem de ser utilizadas, chegando, em muitos casos, ao esquecimento por parte da população que as utilizava. Diante desse cenário de deslegitimação das línguas e dos discursos dos oprimidos, a escola foi – e em muitos casos continua sendo – um dos principais mecanismos que contribui para o controle das línguas e dos discursos, pois reforça a ideia de que as línguas são entidades fixas, imutáveis, controláveis e com fronteiras demarcadas e rígidas (MAKONI; PENNYCOOK, 2015). (SAGICA e OLIVEIRA, 2022, p. 86).

É importante ressaltar que a língua Akwê-Xerente é uma língua indígena falada pelo povo Xerente, que habita a região do Tocantins, no Brasil. Portanto, ao propor aproximações entre as duas línguas, é necessário levar em conta as características específicas do idioma indígena e sua cultura associada.

- Fonologia: Aproximações fonéticas podem ser feitas para facilitar a aprendizagem da língua Akwê-Xerente. Identificar e comparar os sons semelhantes entre o

português e a língua indígena pode ajudar os alunos a pronunciarem corretamente as palavras em Akwẽ-Xerente;

- Vocabulário: É possível estabelecer paralelos entre o avançado das duas línguas, identificando palavras em comum ou cognatas. Explorar o significado relacionado a objetos do cotidiano, números, cores e animais, por exemplo, pode facilitar a associação e a aprendizagem de novas palavras em Akwẽ-Xerente;

- Gramática: Comparar e contrastar as estruturas gramaticais do português e do Akwẽ-Xerente pode ajudar os alunos a compreender as diferenças e semelhanças entre os dois idiomas. Isso pode envolver uma identificação de padrões sintáticos, uma análise de construções verbais e observação das formas de pluralização, entre outros aspectos gramaticais;

- Cultura: É importante integrar o ensino da língua Akwẽ-Xerente com a cultura e os contextos em que ela é falada. Isso pode envolver a exploração de histórias, mitos, tradições e práticas culturais do povo Xerente. Promover atividades que incentivam os alunos a conhecerem e protegerem a cultura indígena contribuem para uma compreensão mais profunda da língua Akwẽ-Xerente.

O ensino da língua Akwẽ-Xerente na educação infantil pode ser uma prática valiosa para promover a preservação e a valorização da cultura indígena Xerente, bem como o desenvolvimento linguístico e cognitivo das crianças. Assim, introduzir a língua Akwẽ-Xerente na educação infantil pode ser realizado de várias maneiras, considerando as necessidades e a realidade das crianças Xerente. Algumas estratégias podem incluir:

- Participação da comunidade: É importante envolver os membros da comunidade Xerente, como líderes, professores indígenas e pais, no planejamento e implementação do ensino da língua Akwẽ-Xerente. Eles podem fornecer orientações culturais, materiais didáticos e apoio linguístico;

- Atividades lúdicas e interativas: Na educação infantil, é fundamental que o ensino seja feito de forma lúdica e interativa. Jogos, brincadeiras, músicas, histórias e danças tradicionais podem ser incorporados para tornar o aprendizado mais envolvente e prazeroso para as crianças;

- Imersão na língua: Oferecer oportunidades de imersão na língua. Isso pode ser feito por meio de conversas cotidianas, atividades práticas e relaxamento com falantes nativos;

- Integração com outras áreas do conhecimento: O ensino da língua Akwẽ-Xerente pode ser integrado a outras áreas do currículo, como história, geografia, arte e ciências. Isso ajuda a estabelecer conexões entre a língua e o conhecimento sobre a cultura Xerente, ampliando a compreensão das crianças;

- Valorização da identidade cultural: É importante enfatizar a importância da língua e da cultura Xerente, promovendo o respeito e a valorização da identidade indígena. Isso pode ser feito por meio de projetos, eventos e visitas à comunidade, permitindo que as crianças vivam uma cultura de forma significativa.

Compreendemos que aproximações entre o ensino da língua portuguesa e o ensino da língua akwẽ pode requerer um projeto que quebre com paradigmas do ensino tradicional. Logo,

Não um projeto uniforme e consensual, mas que pode ser valorizado diferentemente por cada etnia e população indígena, tendo em comum apenas a certeza adquirida por eles de que, para melhor viver no Brasil, devem dominar alguns dos conhecimentos que embasam grande parte de nossas relações, especialmente as jurídicas. Assim, reivindicam sua alfabetização e aprendizado de matemática e geografia como parte de um projeto maior de efetivação de sua cidadania: como repetem exaustivamente, precisam aprender a ler documentos, mapas e contabilidades para melhor se situar e defender na sociedade nacional. Ou, como ouvi certa vez de um índio Gavião no Maranhão, “porque a briga agora é no papel”. Mas essas reivindicações vão crescendo: é necessário aprender nosso modo de contar a história, para melhor debater seu papel nela e na sociedade contemporânea; e é necessário ter uma educação fundamental e média de qualidade, para poder formar seus próprios advogados, pedagogos, antropólogos... Assim, munem-se para o embate com a sociedade mais ampla, na busca de conquista de um lugar e de um papel justo no mundo contemporâneo. É, portanto, uma briga pela autonomia e pela conquista da cidadania plena. (COHN, 2005, p. 458).

A valorização de cada etnia e da população indígena no Brasil pode ocorrer de diversas formas, e a busca pelo conhecimento é certamente um aspecto importante nesse processo. Ao adquirirem conhecimentos que embasam grande parte das relações sociais e jurídicas no país, os membros dessas comunidades têm a oportunidade de fortalecer suas identidades, reivindicar seus direitos e participar ativamente na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Dessa forma,

Conforme Cavalcante (1999), mesmo com a informação de que o bilinguismo está presente em praticamente todos os países do mundo, é o monolinguismo que se apresenta como norma, é o monolinguismo que é a base para os estudos linguísticos. O Brasil, particularmente, foi construído sobre o mito de que ou você fala o português ou você fala uma língua indígena, as duas línguas juntas não são vistas como uma possibilidade. Contudo, acreditamos que a aprendizagem do português não deve significar o apagamento ou a (des)aprendizagem de uma língua indígena, ou das línguas indígenas, ou, ainda, das variedades do português – um português indígena ou uma língua indígena “aportuguesada”. (SAGICA; OLIVEIRA, 2022, p. 88).

Entende-se que o acesso à educação de qualidade pode ser essencial para a valorização de qualquer grupo étnico. Ao dominar conhecimentos acadêmicos, incluindo aqueles relacionados ao sistema jurídico, os membros dessas comunidades podem ter voz e agência na defesa de seus direitos e interesses, assim, a proteção étnica envolve o fortalecimento da identidade cultural de cada grupo. Isso pode incluir a preservação e promoção de línguas, tradições, práticas espirituais e conhecimentos ancestrais. O reconhecimento dessas culturas

como parte integrante da diversidade brasileira contribui para uma sociedade mais plural e inclusiva.

Observamos que há proteção étnica também garantindo a participação política e a representação dos grupos indígenas e étnicos nos processos de tomada de decisão. Isso pode ocorrer por meio da criação de espaços de participação, como conselhos e comissões, além do incentivo à participação em cerimônia e cargos políticas.

Assim, a proteção étnica requer o respeito e a proteção dos direitos humanos fundamentais de todos os grupos, incluindo a população indígena. Isso envolve a implementação de políticas públicas que garantam a igualdade de oportunidades, o acesso à terra, à saúde, à educação e à justiça para essas comunidades.

É fundamental promover a sensibilização e a conscientização sobre a história, a cultura e os desafios enfrentados pelos diferentes grupos étnicos e indígenas no Brasil. Isso pode ser feito por meio de campanhas educativas, eventos culturais, produção de materiais informativos e extensão do diálogo intercultural.

Em suma, a valorização étnica e indígena requer um esforço coletivo para reconhecer e observar a diversidade cultural do Brasil. O acesso ao conhecimento, incluindo os conhecimentos jurídicos, pode capacitar essas comunidades a se afirmarem e contribuírem de forma significativa para o desenvolvimento social, cultural e político do país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação escolar indígena desempenha um papel fundamental na preservação das culturas e tradições das comunidades nativas, garantindo o direito à educação de qualidade e respeitando a diversidade linguística. Este artigo aborda a experiência das comunidades Akwê-Xerente na orientação de sua língua materna, o Xerente, à língua portuguesa no contexto da educação básica.

Diante da análise aprofundada sobre a modalidade da educação escolar indígena e seus desafios linguísticos no contexto do ensino formal na educação básica, é possível concluir que a abordagem bilíngue, intercultural, diversa e específica desempenha um papel crucial na promoção do aprendizado efetivo e na preservação das línguas indígenas.

Os esforços direcionados para o reconhecimento e valorização dessas línguas, integrados a práticas pedagógicas que respeitam e incorporam a diversidade cultural, contribuem para um ambiente educacional mais inclusivo e enriquecedor. No entanto, os desafios persistem, evidenciando a necessidade de políticas educacionais mais robustas e sensíveis às particularidades das comunidades indígenas. A formação adequada de professores, a produção de materiais didáticos contextualizados e a colaboração estreita entre as comunidades indígenas, os educadores e os órgãos responsáveis pela educação são aspectos cruciais para superar os obstáculos linguísticos.

Além disso, ressaltamos a importância de analisarmos a partir do objetivo geral deste trabalho uma abordagem interdisciplinar que leve em consideração não apenas os aspectos linguísticos, mas também as dimensões culturais, sociais e históricas das comunidades indígenas. Somente por meio de uma compreensão holística e colaborativa será possível avançar na construção de um sistema educacional que respeite e fortaleça a identidade linguística e cultural das populações indígenas, garantindo assim uma educação de qualidade e relevância para essas comunidades.

Retomando as perguntas problemas que nortearam o desenvolvimento desta pesquisa, sendo elas: ‘quais as dificuldades enfrentadas pelas crianças e jovens indígenas ao adentrar na escola que ensina a língua portuguesa e não tem quem a ensine em sua língua-mãe, o Akwê-Xerente, ou seja, na escola que não trabalha na perspectiva bilíngue, intercultural, diversa e específica? Ainda, mesmo na escola de educação básica das comunidades, quais os desafios enfrentados na escolarização, na perspectiva bilíngue, intercultural, diversa e específica?’ chegamos a algumas conclusões:

1. **Desafios iniciais nas Escolas que Ensinam em Língua Portuguesa:** Ao adentrarem em escolas que não adotam uma abordagem bilíngue, intercultural, diversa e específica, as crianças e jovens indígenas enfrentam uma série de obstáculos. A falta de instrução na língua-mãe, Akwê-Xerente, pode resultar em dificuldades de compreensão e comunicação. Isso não apenas afeta o desempenho acadêmico, mas também pode impactar negativamente a autoestima e a identidade cultural, visto que a língua é um elemento central na transmissão de conhecimentos e valores dentro das comunidades indígenas.

2. **Desafios na Escola de Educação Básica das Comunidades:** Mesmo nas escolas localizadas nas próprias comunidades indígenas, a implementação de uma perspectiva bilíngue, intercultural, diversa e específica enfrenta desafios. A escassez de recursos educacionais adaptados à realidade cultural e linguística local pode comprometer a eficácia do ensino. Além disso, a formação inadequada de professores para lidar com a diversidade linguística e cultural pode resultar em práticas pedagógicas pouco inclusivas.

3. **Impactos na Escolarização Bilíngue e Intercultural:** Os desafios na escolarização bilíngue e intercultural refletem-se em possíveis lacunas no desenvolvimento acadêmico e cultural dos estudantes indígenas. A falta de material didático apropriado, a ausência de professores fluentes na língua-mãe e a não incorporação da riqueza cultural local nos currículos podem contribuir para um distanciamento entre o sistema educacional e a vivência cotidiana das comunidades.

4. **Necessidade de Políticas e Práticas Inovadoras:** Conclui-se que enfrentar esses desafios requer a implementação de políticas educacionais inovadoras que reconheçam e valorizem a diversidade linguística e cultural das comunidades indígenas. A formação contínua de professores, o desenvolvimento de materiais didáticos contextualizados e a promoção de parcerias efetivas entre as comunidades e as instituições educacionais são passos cruciais para garantir uma educação bilíngue, intercultural, diversa e específica, respeitando assim a singularidade e a identidade das crianças e jovens indígenas.

O processo de ensino-aprendizagem para os estudantes indígenas apresenta desafios específicos, especialmente no que diz respeito à linguagem. A transição entre a língua materna e a língua portuguesa pode ser complexa, estratégias pedagógicas adaptadas e sensíveis às necessidades culturais e linguísticas das comunidades. Os Akwê-Xerentes têm enfrentado desafios para integrar a língua portuguesa no currículo escolar, enquanto preservam a sua língua mãe. A língua é um elemento fundamental da identidade cultural indígena e sua manutenção é essencial para a transmissão de conhecimentos tradicionais. Neste contexto, o artigo explora as

iniciativas de educação bilíngue, que visam promover a aprendizagem do português, ao mesmo tempo em que valorizam e fortalecem a língua Xerente.

Essas iniciativas envolvem o desenvolvimento de materiais didáticos adequados, a formação de professores indígenas e a valorização dos saberes tradicionais no processo educativo. Além disso, são discutidos os desafios enfrentados pelas comunidades Akwê-Xerente, como a falta de recursos e infraestrutura nas escolas indígenas, a escassez de professores qualificados e a falta de políticas públicas efetivas para a educação indígena.

Em conclusão, o ensino e a aprendizagem dentro da perspectiva bilíngue, com a língua materna e a língua portuguesa na educação básica indígena, é um processo desafiador, mas crucial para a garantia de uma educação inclusiva e de qualidade para as comunidades Akwê-Xerente.

É fundamental o apoio governamental, a valorização da diversidade linguística e cultural, e o envolvimento das próprias comunidades indígenas na definição de estratégias pedagógicas que promovem o bilinguismo de forma respeitosa e significativa. Somente assim será possível construir um sistema educacional que atenda às necessidades e aspirações das comunidades indígenas, preservando suas línguas e culturas ancestrais.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Educação Bilíngue. Brasília: SECAD/MEC. Disponível em: <https://educacaobilingue.com/2010/01/17/indigena/>. Acesso em: 29 maio de 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Direitos de linguagem**, disponível: <https://www.camara.leg.br/noticias/475807-CAMARA-ESTENDE-DIREITO-AO-USO-DA-LINGUA-MATERNA-PARA-TODA-EDUCACAO-INDIGENA>. Acesso em: 29 maio de 2023.
- BRASIL. **Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar** / Elaborado pelo comitê de Educação Escolar Indígena. 2 ed. Brasília: MEC/ SEF/DPEF, 1994. 24 p. (Cadernos de Educação Básica. Série Institucional; 2).
- BRASIL. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas**/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998.
- COHN, Clarice. Educação escolar indígena: para uma discussão de cultura, criança e cidadania ativa. **Perspectiva**, v. 23, n. 02, p. 485-515, 2005.
- COTRIM, Rodrigo Guimarães Prudente Marquez. **Uma descrição da morfologia e de aspectos morfossintáticos da língua Akwẽ-Xerente** (Jê Central). 2017.
- SILVA, Julia Izabelle da. **Atitudes linguísticas de jovens indígenas akwẽ-xerente: conflitos e resistências**, 2014.
- GOMES, Antonio Almir Silva. **Ensino de línguas e educação escolar indígena** / Antonio Almir Silva Gomes (organizador) - Macapá: UNIFAP, 2019.
- IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Diversidade linguística indígena: estratégias de preservação, salvaguarda e fortalecimento** / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Dados eletrônicos (1 arquivo PDF). – Brasília: IPHAN, 2020.
- LARAIA, Roque de Barros, 1986. **Cultura: um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge "Zahar" Editora, 2001.
- MELIÀ, Bartomeu. **Educação indígena e alfabetização**. Edições Loyola, 1979.
- RODRIGUES, Daniele Marcelle Grannier. Estrutura silábica e nasalização em Akwẽ-Xerente. **Signótica**, v. 21, n. 2, p. 245-260, 2009.
- SAGICA, Vanessa. OLIVEIRA, Beatriz de. **Plurilinguismo e pluridiscursividade: caminhos decoloniais para a educação escolar indígena**. Work. Pap. Linguíst., 23(2), Florianópolis, 2022.
- SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 40 ed. Campinas: Autores Associados, 2018.

SOARES, Marília Facó. **Guia de fontes e bibliografia sobre línguas indígenas e produção associada: documentos do CELIN** / organizadora, Marília Facó Soares; colaboradores, Lourdes Cristina Araújo Coimbra ... [et al.]. - Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2013.

TROQUEZ, Marta Coelho Castro. Educação escolar indígena no Brasil: por uma revisão de conceitos, de políticas e de práticas. **Horizontes-Revista de Educação**, v. 2, n. 4, p. 49-68, 2014.